



**TD HISTÓRIA GERAL I –
PROF. RAONI MACIEL**

01.



A Constituição imperial brasileira, outorgada em 1824, estabeleceu linhas básicas da estrutura e do funcionamento do sistema político imperial tais como o(a):

- a) equilíbrio dos poderes com o controle constitucional do Imperador e as ordens sociais privilegiadas.
- b) ampla participação política de todos os cidadãos, com exceção dos escravos.
- c) laicização do Estado por influência das idéias liberais.
- d) predominância do poder do imperador sobre todo o sistema através do Poder Moderador.
- e) autonomia das Províncias e, principalmente, dos Municípios, reconhecendo-se a formação regionalizada do país.

02. (FGV) No Brasil, durante o Primeiro Império, a situação financeira era precária, pelo fato de que:

a) o comércio de importação entrou em colapso com a vinda da Família Real (1808);

b) os Estados Unidos faziam concorrência aos nossos produtos, especialmente o açúcar;

c) os principais produtos de exportação - açúcar e algodão - não eram suficientes para o equilíbrio da balança comercial do país;

d) o capitalismo inglês se recusava a fornecer empréstimos para a agricultura;

e) o sistema bancário era praticamente inexistente, só tendo sido fundado o Banco do Brasil em 1850.

03. (Fuvest) A organização do Estado brasileiro que se seguiu à Independência resultou no projeto do grupo:

a) liberal-conservador, que defendia a monarquia constitucional, a integridade territorial e o regime centralizado.

b) maçônico, que pregava a autonomia provincial, o fortalecimento do executivo e a extinção da escravidão.

c) liberal-radical, que defendia a convocação de uma Assembléia Constituinte, a igualdade de direitos políticos e a manutenção da estrutura social.

d) cortesão, que defendia os interesses recolonizadores, as tradições monárquicas e o liberalismo econômico.

e) liberal-democrático, que defendia a soberania popular, o federalismo e a legitimidade monárquica.

04. (Mackenzie) São fatores que levaram os E.U.A. a reconhecerem a independência do Brasil em 1824:

a) Doutrina Monroe (América para os americanos) e os fortes interesses econômicos emergentes nos E.U.A. .

b) A aliança dos capitais ingleses e americanos interessados em explorar o mercado brasileiro e a crescente expansão do mercado da borracha.

c) A indenização de 2 milhões de libras pagos pelo Brasil ao governo americano e a Doutrina Truman.

d) A subordinação econômica à Inglaterra e o interesse de aliar-se ao governo constitucional de D. João VI.

e) A identificação com a forma de governo adotada no Brasil e interesses coloniais comuns.

05. (Mackenzie) Apesar do Alvará de Liberdade Industrial de 1808, o desenvolvimento industrial brasileiro não ocorreu, dentre outros fatores, porque:

a) a elite agrária, defensora das atividades manufatureiras, não tinha, contudo, expressão política.

b) a falta de capital anulava as vantagens da excelente rede de transportes e comunicação da época.

c) o tratado de 1810, com a Inglaterra, anulava nosso esforço industrial, já que oferecia a este país o controle de nosso mercado.

d) embora com grande mercado e mão-de-obra qualificada, faltava-nos tecnologia.

e) a manutenção do rígido monopólio colonial impedia o sucesso de nossa industrialização.

06. (Ufes) Se o voto deixasse de ser obrigatório, o senhor iria votar nas próximas eleições?



Conforme a pesquisa do Ibope, atualmente, mais da metade dos eleitores não faz questão de votar. Entretanto, durante o período de Império, de acordo com a Constituição de 1824, no Brasil era o sistema eleitoral que restringia a participação política da maioria, pois

a) garantia a vitaliciedade do mandato dos deputados, tornando raras as eleições.

b) convocava eleições apenas para o cargo de Primeiro Ministro, conforme regulamentação do Parlamentarismo.

c) concedia o direito de votar somente a quem tivesse certa renda, sendo os votantes selecionados segundo critérios censitários.

d) promovia eleições em Portugal, com validade para o Brasil.

e) permitia apenas às camadas da elite portuguesa o direito de eleger seus representantes, limitando a influência da aristocracia rural brasileira.

07. (UFR-RJ) Leia os textos a seguir, reflita e responda.

Após a Independência política do Brasil, em 1822, era necessário organizar o novo Estado, fazendo leis e regulamentando a administração por meio de uma Constituição. Para tanto, reuniu-se em maio de 1823, uma Assembléia Constituinte composta por

90 deputados pertencentes à aristocracia rural.(...) Na abertura dos trabalhos, o Imperador D. Pedro I revelou sua posição autoritária, comprometendo-se a defender a futura Constituição desde que ela fosse digna do Brasil e dele próprio.

VICENTINO, C; DORIGO, G. "História Geral do Brasil." São Paulo: Scipione, 2001.

A Independência política do Brasil, em 1822, foi cercada de divergências, entre elas, o desagrado do Imperador com a possibilidade, prevista no projeto constitucional, de o seu poder vir a ser limitado, o que resultou no fechamento da Constituinte em novembro de 1823. Uma comissão, então, foi nomeada por D. Pedro I para elaborar um novo projeto constitucional, outorgado por este imperador, em 25 de março de 1824.

Em relação à Constituição Imperial, de 1824, é correto afirmar que nela:

- a) foi consagrada a extinção do tráfico de escravos, devido à pressão da sociedade liberal do Rio de Janeiro.
- b) foi introduzido o sufrágio universal, somente para os homens maiores de 18 anos e alfabetizados, mantendo a exigência do voto secreto.
- c) foi abolido o padroado, assegurando ampla liberdade religiosa a todos os brasileiros natos, limitando os cultos religiosos aos seus templos.
- d) o poder moderador era atribuição exclusiva do Imperador, conferindo a ele, proeminência sobre os demais poderes.
- e) o poder executivo seria exercido pelos ministros de Estado, tendo estes total controle sobre o poder moderador.

08. (Ufrs) A partir da gravura a seguir, é possível afirmar que, logo após a emancipação política do Brasil.



(Fonte: SCHIMIDT, M. "História crítica no Brasil". São Paulo: Nova Geração, s.d.p.90.)

I - os escravos estavam gratificados porque, desde aquele momento, não podiam ser recomprados pelos comerciantes de escravos e vendidos em outras partes da América.

II - a abdicação do primeiro Imperador determinou o fim da escravidão.

III - a situação dos escravos permaneceu essencialmente a mesma do período colonial.

Quais afirmativas completam corretamente a frase inicial?

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas I e II
- e) Apenas I e III

09. Considere a quadrinha popular a seguir:

Do Folclore pernambucano

“Por subir Pedrinho ao trono
Não fique o povo contente
Não pode ser coisa boa
Servindo com a mesma gente”

(In: CALMON, Pedro. *História do Brasil na poesia do povo*. Rio de Janeiro: A Noite, s/d.)

Através do verso apresentado, temos a representação de um fato da História do Brasil que se dá no(a):

a) Momento da eclosão de três conflitos internacionais onde o Brasil foi vitorioso, como na Guerra do Prata, a Guerra do Uruguai e a Guerra do Paraguai, sob o reinado de “Pedrinho”, e assim, prevaleceu o nosso país em disputas internacionais e nas tensões domésticas.

b) Oportunidade deste grande erudito de estabelecer sua reputação como vigoroso patrocinador do conhecimento, cultura e ciências, onde, além de entrar na Maçonaria, ganha respeito de estudiosos como Graham Bell, Charles Darwin, Victor Hugo e F.Nietzsche, além da amizade com Richard Wagner, Louis Pasteur.

c) Fato de que durante o final do Período Regencial houve o fortalecimento da descentralidade dos poderes executivos existentes no Império em detrimento da função legislativa das províncias. A não contenção de todas as tentativas de separação territorial, expressas nas reivindicações das várias revoltas regionais do período, e a manutenção da unidade territorial garantiram prestígio aos republicanos e comerciantes.

d) Subida de D. Pedro II ao trono, quando houve o chamado *Golpe da Maioridade*, com o imperador assumindo com somente 14 anos e 7 meses, insuflado pelos pensadores da teoria Liberal.

10. (UEL) *"...valorizava-se novamente o município, que fora esquecido e manietado durante quase dois séculos. Resultava a nova lei na entrega aos senhores rurais de um poderoso instrumento de impunidade criminal, a*

cuja sombra renascem os bandos armados restaurando o caudilhismo territorial (...). O conhecimento de todos os crimes, mesmo os de responsabilidade (...), pertencia à exclusiva competência do Juiz de Paz. Este saía da eleição popular, competindo-lhe ainda todas as funções policiais e judiciárias: expedições de mandatos de busca e seqüestro, concessão de fianças, prisão de pessoas, ..."

Em relação ao período regencial brasileiro, o texto refere-se:

a) ao Ato Adicional.

b) à Lei de Interpretação.

c) ao Código de Processo Criminal.

d) à criação da Guarda Nacional.

e) à instituição do Conselhos de Províncias.

11. (Uece) *"O período regencial foi um dos mais agitados da história política do país e também um dos mais importantes. Naqueles anos, esteve em jogo a unidade territorial do Brasil, e o centro do debate político foi dominado pelos temas da centralização ou descentralização do poder, do grau de autonomia das províncias e da organização das Forças Armadas."*

(FAUSTO, Boris. HISTÓRIA DO BRASIL. 2ed. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 161.)

Sobre as várias revoltas nas províncias durante o período da Regência, podemos afirmar corretamente que:

a) eram levantes republicanos em sua maioria, que conseguiam sempre empolgar a população pobre e os escravos

b) a principal delas foi a Revolução Farroupilha, acontecida nas províncias do nordeste, que pretendia o retorno do Imperador D. Pedro I

c) podem ser vistas como respostas à política centralizadora do Império, que restringia a autonomia financeira e administrativa das províncias

d) em sua maioria, eram revoltas lideradas pelos grandes proprietários de terras e exigiam uma posição mais forte e centralizadora do governo imperial.

12. (ESPM) No século XIX, quando o Brasil era um império, ocorreu a aprovação de medida que continha algumas significativas decisões, tais como:

Art. 1º - Câmaras dos Distritos e Assembleias substituirão os Conselhos Gerais, sendo estabelecido em todas as províncias com o título de Assembleias Legislativas Provinciais.

Art. 26º - Se o Imperador não tiver parente algum, que reúna as qualidades exigidas, será o Império governado, durante a sua menoridade, por um regente eletivo e temporário, cujo cargo durará quatro anos, renovando-se para esse fim a eleição de quatro em quatro anos.

Art. 32º - Fica suprimido o Conselho de Estado.

(Ilmar Rohloff de Mattos. O Império da Boa Sociedade: A consolidação do Estado Imperial Brasileiro)

Os artigos devem ser relacionados com:

a) Constituição de 1891;

b) Código do Processo Criminal;

c) Projeto da Mandioca;

d) Código do Processo Civil;

e) Ato Adicional de 1834.

13. O Período Regencial, compreendido entre 1831 e 1840, foi marcado por grande instabilidade, causada pela disputa entre os grupos políticos para o controle do Império e também por inúmeras revoltas, que assumiram características bem distintas entre si. Em 1838, eclodiu, no Maranhão, a Balaiada, somente derrotada três anos depois. Pode-se dizer que esse movimento:

a) contou com a participação de segmentos sertanejos - vaqueiros, pequenos proprietários e artesãos - opondo-se aos bem-te-vis, em luta com os negros escravos rebelados, que buscavam nos cabanos apoio aos seus anseios de liberdade;

b) foi de revolta das classes populares contra os proprietários. Opôs os balaies (sertanejos) aos grandes senhores de terras em aliança com escravos e negociantes;

c) foi, inicialmente, o resultado das lutas internas da Província, opondo cabanos (conservadores) a bem-te-vis (liberais), aprofundadas pela luta dos segmentos sertanejos liderados por Manuel Francisco dos Anjos, e pela insurreição de escravos, sob a liderança do Negro Cosme, dando características populares ao movimento;

d) lutou pela extinção da escravidão no Maranhão, pela instituição da República e pelo controle dos sertanejos sobre o comércio da carne verde e da farinha - então monopólio dos bem-te-vis -, sendo o seu caráter multiclassista a razão fundamental de sua fragilidade;

e) sofreu a repressão empreendida pelo futuro Duque de Caxias, que não

distinguiu os diversos segmentos envolvidos na Balaiada, ampliando a anistia decretada pelo governo imperial, em 1840, aos balaaios e aos negros de Cosme, demonstrando a vontade do Império de reintegrar, na vida da província, todos os que haviam participado do movimento.

14. (UFPA) Leia atentamente o texto a seguir sobre a Cabanagem: "É preciso compreender que se fazer cabano no Pará era uma opção difícil e que precisa ser analisada à luz de todo um modo de pensar e de estratégias de lutas, que, em certo modo, constituíam a vida cotidiana daqueles homens e mulheres de 1835 - 1837, porém que foram gestados muito tempo antes, entre pessoas concretas que vinham de inúmeros lugares, com línguas, tradições e trabalhos diferenciados dentro da realidade amazônica".

Magda Ricci. De la independencia a la revolución cabana: la Amazonia y el nacimiento de Brasil (1808-1840). In: PEREZ, José Manuel Santos & PETIT, Pere. "La Amazonia Brasileña en perspectiva histórica". Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006, p. 88.

A Cabanagem, um dos mais expressivos movimentos sociais do Brasil, ocorrido no Pará, no século XIX, tem suas raízes históricas na

a) opressão histórica que índios e tapuios sofreram do domínio português, e a própria luta empreendida contra os privilégios das elites portuguesas, que foram mantidos após a independência do País, deixando esta gente pobre e até mesmo remediados e abastados, excluídos da participação política e dos negócios do governo provincial.

b) diferença no tratamento dos assuntos políticos, estabelecida pelo governo provincial, entre os que eram nativos, como os índios e os tapuios, e aqueles que eram de nacionalidade estrangeira,

ou que pelo menos tivessem um título nobiliárquico outorgado pelo Imperador do Brasil.

c) memória de exploração que a sociedade nativa amazônica tinha do cativeiro imposto pelos senhores de escravos portugueses durante as lutas de Independência, considerando-se que essas lutas levaram a província do Pará a sofrer um período de escassez de produtos alimentícios, especialmente da farinha de mandioca.

d) época em que os "malvados" cabanos, sem qualquer sentimento humanitário e sem comando revolucionário, trucidavam todos aqueles que fossem simpatizantes do governo regencial ou tivessem propriedades fundiárias na ilha do Marajó.

e) revolta das camadas populares, especialmente negras e mestiças, contra o governo do regente Diogo Feijó, porque este havia determinado que todos os portugueses fossem expulsos da Província do Pará e a direção do governo provincial fosse entregue ao Barão do Marajó.

15. (FGV) Documentos inéditos descobertos na Inglaterra relatam que, apenas 13 anos depois de proclamada a Independência, o governo brasileiro pediu auxílio militar às grandes potências da época - Inglaterra e França - para reprimir a Cabanagem (...) no Pará. (...) Em 1835, o regente Diogo Antônio Feijó reuniu-se secretamente com os embaixadores da França e da Grã-Bretanha. Durante a reunião, Feijó pediu ajuda militar, de 300 a 400 homens para cada um dos países, no intuito de ajudar o governo central brasileiro a acabar com a rebelião.

(Luís Indriunas, "Folha de S. Paulo", 13.10.1999)

A partir das informações apresentadas pelos documentos encontrados, é correto afirmar que o período regencial

a) foi marcado pela disputa política entre regressistas e progressistas, que defendiam, respectivamente, a escravidão e a imediata abolição da escravatura.

b) pode ser considerado parte de um momento especial de construção do Estado nacional no Brasil, durante o qual a unidade territorial esteve em perigo.

c) não apresentou grande preocupação por parte das autoridades regenciais e nem da aristocracia rural, apesar das inúmeras rebeliões espalhadas pelo país.

d) teve como característica marcante a ampliação da participação popular por meio do voto universal e da criação do Conselho de Representantes das Províncias do Império.

e) teve como momento mais importante a aprovação do Ato Adicional de 1834, que estabeleceu medidas político-administrativas voltadas para a centralização política.

Gabarito				
01.D	02.C	03.A	04.A	05.C
06.C	07.D	08.C	09.D	10.C
11.C	12.E	13.C	14.A	15.B